

SUMÁRIO

Nota ao leitor	XI
Introdução	XIII
Capítulo I — A CONSTITUIÇÃO E A DIMENSÃO PRIVADA DO EXISTIR (O DIREITO CIVIL DO SÉCULO XXI)	
1. Submissão do patrimônio à pessoa (esvaziamento da perspectiva patrimonialista)	1
2. Força normativa dos princípios	2
3. Aplicação direta dos direitos fundamentais às relações privadas	3
4. Esvaziamento qualitativo da autonomia da vontade	4
5. Funcionalidade dos conceitos e categorias	5
6. Cláusulas gerais	5
7. Normas descritivas de valores	6
8. Diálogo e pluralidade das fontes	6
9. Abertura do sistema jurídico	7
10. Abordagem tópica dos problemas	8
Capítulo II — ILÍCITO CIVIL E RESPONSABILIDADE CIVIL	
1. Responsabilidade civil é sinônimo de ilícito civil?	10
2. Apenas do ato ilícito advém a responsabilidade civil?	10
3. Tutela preventiva e tutela repressiva	11
3.1 Tutela preventiva na jurisprudência do STJ	12
3.1.1 Salvaguarda da vida humana	12
3.1.1.1. Fornecimento de tratamento médico e psiquiátrico ..	12
3.1.1.2. Fornecimento de medicamentos para tratamento da AIDS	13
3.1.1.3. Fornecimento de medicamentos contra rejeição em transplantados	13
3.1.1.4. Fornecimento de tratamento para dependentes de álcool e drogas ..	14
3.1.1.5. Tutela específica para obrigar plano de saúde a realizar tratamento de urgência	14
4. O ato ilícito no Código Civil de 2002. avanços e equívocos	15
Capítulo III — DANO MORAL	
1. Sedimentação de diretrizes (dias incertos, de redefinição de valores) ..	18
2. Danos ressarcíveis e danos compensáveis	18
3. Da rigidez legal à flexibilização jurisprudencial	19
4. Das grandes tragédias aos pequenos aborrecimentos?	20

5. A evolução jurisprudencial: os embates até a aceitação	22
6 O receio da banalização e o risco do refluxo	24
7 A lesão à personalidade é pressuposto do dano moral?	26
8 Legitimados ativos, quem “sofre dano moral”?	27
8.1. A caracterização da legitimidade ativa independe da dependência econômica	28
9. A avaliação quantitativa do dano moral: o delicado problema dos valores	28
9.1 São válidas as imposições legais de indenização tarifada?	30
9.2. A condição econômica das partes deve ser levada em consideração?	32
9.2.1 Condição econômica do ofensor	32
9.2.2 Condição econômica do ofendido	33
9.2.3 Morte de menores em famílias de baixa renda	34
9.2.4. Aumento dos valores	34
9.2.5. Enriquecimento indevido	34
9.2.6. O tempo transcorrido entre o dano e a propositura da ação pode influir no valor da reparação?	35
9.2.7. Fato apurado no juízo criminal	36
9.2.8 O STJ pode, julgado recurso especial, alterar os valores concedidos nas instâncias inferiores?	37
9.2.9. O que são valores irrisórios?	39
10. O aspecto punitivo do dano moral (<i>punitive damages</i>)	40
10.1 Punição exemplar e seu aspecto inibitório	41
11 Dano moral é presumido ou precisa ser provado?	42
12. A ação por dano moral é transmissível aos herdeiros?	44
13. Dano moral e pessoa jurídica	44
14. O dano moral é cumulável com o dano estético?	45
15. Um contrato inadimplido pode caracterizar dano moral?	47
16. Dano moral e exercício regular de direito	48
16.1 Notícia-crime e exercício regular de direito	48
16.2. Notícia-crime e abuso de direito	48
16.2.1. Pedido de instauração de inquérito policial com convocação da imprensa	49
17 Aspectos processuais do dano moral	49
17.1 Desnecessidade de especificação do valor do pedido	49
17.1.1. Condenação em valor superior ao pedido	50
17.2 Valor da causa	50
17.3 Sentença ilíquida	51
17.4. Condenação em valor inferior ao pleiteado Verbas de sucumbência	51
17.5. O arbitramento do dano moral pode ser fixado no STJ, julgado recurso especial, quando não tiver havido fixação nas instâncias inferiores?	52

17.6. O valor da indenização punitiva é determinado em parcela autônoma?	53
17.7. O valor relativo aos danos morais pode ser fixado em salários mínimos?	54
17.8. O Ministério Público e a reparação civil para vítimas pobres	54
17.9. Juros	55
17.10. Matéria probatória	55
17.11. Incide imposto de renda sobre os danos morais?	56
17.12. Prescrição da pretensão de compensação moral	56
17.13. Coletivização das ações de reparação	56
17.13.1. Dano moral contra grupos ou instituições	57
 Capítulo IV — DANO MATERIAL	
1. Dano material: indenização ressarcitória ou reparatória	58
2. Danos emergentes e lucros cessantes	59
3. Dano direto e imediato	59
4. Perda da chance	59
5. Dano reflexo ou em ricochete	59
6. Danos incertos são indenizáveis?	60
7. Danos futuros são indenizáveis?	61
8. Parâmetros de ressarcimento.	62
8.1. Indenização se mede pelo dano	62
8.2. Exceções ao <i>caput</i> do art. 944.	62
a) Desproporção entre a culpa e o dano	62
b) Dano moral	63
c) O dolo como fator de elevação do valor da reparação	64
d) Indenização equitativa a cargo do incapaz	64
9. Dano e análise das condições socioeconômicas: lógica do razoável.	65
9.1. A indenização integral pode provocar a ruína do ofensor?	65
9.2. Dano causado, com culpa leve, por pessoa de baixa renda a pessoa com situação financeira confortável	65
9.3. Dano causado, com culpa grave, por pessoa de baixa renda a pessoa com situação financeira confortável	66
9.4. Dano de pequena monta causado com dolo: solução à luz da Constituição.	66
10. Danos materiais: verbas compensáveis e verbas não compensáveis	67
10.1. Verbas compensáveis	67
a) Seguro obrigatório de veículos,	67
b) Multa reparatória	67
c) Prestação pecuniária	68
10.2. Verbas não compensáveis	69
a) Pensão previdenciária	69

11	Os responsáveis pelo ressarcimento ou reparação	69
11.1	1.1 Solidariedade na reparação dos danos	70
11.2	1.2 A transmissibilidade aos herdeiros da obrigação de reparar o dano	70
11.3	1.3 A transmissibilidade aos herdeiros do direito de exigir reparação	71
12.	Danos materiais devidos em razão de morte de parente	71
12.1	12.1 Morte de homem ou mulher responsável pelo sustento do lar	71
12.2	12.2 Prova da dependência econômica	73
12.3	12.3 Morte de filho menor a família faz jus a danos materiais?	73
12.4.	12.4. Danos materiais devidos em razão de morte de filho menor- desde e até quando indenizar?	74
13.	Lesão que cause incapacidade para o trabalho	75
13.1	13.1 Pensão em caso de incapacidade para o trabalho é mensal	77
13.2.	13.2. Constituição de capital ou caução fidejussória	77
13.2.1	13.2.1 Impossibilidade de substituição do capital por inclusão em folha de pagamento	78
Capítulo V — RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA		
1.	Elementos constitutivos da responsabilidade subjetiva	79
2.	Elementos constitutivos da responsabilidade objetiva	79
a)	a) Na teoria do risco	80
b)	b) Na responsabilidade objetiva <i>ex lege</i>	80
3.	Culpa presumida e responsabilidade objetiva: diferenças	82
Capítulo VI — RESPONSABILIDADE CIVIL NA TEORIA DO RISCO		
1.	Responsabilidade objetiva	84
2.	Quais são as atividades de risco?	84
2.1.	2.1. Súmula 492 do STF	86
2.2.	2.2. Súmula 187 do STF	87
3.	Habitualidade	87
4.	Modalidades	87
4.1.	4.1 Risco-proveito	88
4.2.	4.2 Risco-atividade	88
4.3.	4.3. Risco criado	89
5.	Excludentes de responsabilidade civil	89
6.	Cláusula aberta de construção jurisprudencial	90
Capítulo VII — RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ABUSO DE DIREITO		
1.	Da jurisprudência à consagração legislativa	92
2.	A duplicidade de conceitos de ato ilícito	93
2.1.	2.1 A culpa	93
2.1.1.	2.1.1. Código Civil, art. 186: necessidade da culpa	94
2.1.2.	2.1.2. Código Civil, art. 187: desnecessidade da culpa	94

2 2.	O dano	95
2 2.1.	Código Civil, art. 186. necessidade de dano	95
2 2.2	Código Civil, art. 187 desnecessidade de dano	95
3.	O art. 187 do Código Civil (cláusula geral)	97
3.1.	A situação antes do Código Civil de 2002.	97
3 2	O intuito de prejudicar é necessário?	98
3.3	As hipóteses legais de abuso de direito	99
3.3.1.	Fim econômico ou social	99
3 3.2	Boa-fé	100
3.3 3	Bons costumes	101
4	Sanções decorrentes do abuso de direito	102
4.1.	Indenização (material e/ou moral)	102
4.2.	Nulidade.	102
4 3	Eficácia probatória contrária aos interesses de quem age abusivamente	103
4 4	Caducidade de direitos	104

Capítulo VIII — PRINCÍPIOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

1	Princípio da irrelevância da culpa para a fixação do valor da indenização	105
2	Princípio da essencialidade do dano	105
3.	Princípio da preocupação prioritária com a vítima	105
4.	Princípio da reparação integral	105
5	Princípio da solidariedade entre os causadores do dano	105
6	Princípio do ajuste da indenização ao valor suportável pelo responsável	106

Capítulo IX — NEXO CAUSAL

1	As difíceis questões relacionadas ao nexo causal	108
2	Teoria adotada no Brasil	108
3	Acolhimento jurisprudencial da causalidade "direta e imediata".	109
3.1	Teoria do dano direto e imediato no STF	110
3 2	Teoria do dano direto e imediato no STJ	110
4.	Dano por ricochete	111
5.	Dano futuro	112
6	A omissão como causa do dano	113
6.1	Ausência de relação entre a omissão e o dano	113
7	As excludentes e o nexo causal	114
8	Multiplicidade semântica a irrelevância das denominações	114
9	Flexibilização do nexo causal	115

Capítulo X — EXCLUDENTES DE ILICITUDE CIVIL

1	Responsabilidade civil decorrente de ilícito: regra geral.	116
2	Responsabilidade civil decorrente de atos lícitos: exceção legalmente admitida.	116

2.1	Estado de necessidade (art. 188, II, c/c os arts 929 e 930)	117
2.1.1	Estado de necessidade sem que a pessoa lesada seja culpada pelo perigo	117
2.1.2	Estado de necessidade quando a pessoa lesada é culpada pelo perigo	118
2.1.3	Qual o efeito civil da coisa julgada criminal que reconhece o estado de necessidade?	119
2.2	Legítima defesa (art. 188, I, c/c o parágrafo único do art. 930)	119
2.2.1	Dano causado ao próprio agressor	120
2.2.2	Proporcionalidade na reação	120
2.2.3	Dano causado em terceiro	121
2.2.3.1	Por erro de execução (<i>aberratio ictus</i>)	121
2.2.3.2	Erro de execução em legítima defesa de terceiro	122
2.2.3.3	Legítima defesa putativa	123
2.3	Exercício regular de um direito (art. 188, I)	124
2.4	Estrito cumprimento do dever legal	126
3.	Excludentes de ilicitude disciplina heterogênea	126

Capítulo XI — EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL

1	Diferença entre excludentes de ilicitude e excludentes de responsabilidade civil	128
2	Rompimento do nexo causal	128
2.1	Caso fortuito ou força maior	129
2.1.1	Caso fortuito ou força maior na responsabilidade subjetiva	129
2.1.2	Caso fortuito ou força maior na responsabilidade objetiva	130
2.1.3	Caso fortuito excluído nas instâncias ordinárias impossibilidade de reexame no STJ	131
2.2	Culpa exclusiva da vítima	131
2.2.1	Culpa exclusiva da vítima e responsabilidade objetiva	132
2.3	Culpa concorrente	132
2.4	Fato de terceiro	133
2.4.1	O fato de terceiro no transporte de pessoas	133
2.4.2	O fato de terceiro no CDC	134
2.4.3	O causador direto como mero instrumento do dano	134

Capítulo XII — PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE REPARAÇÃO CIVIL

1.	O que prescreve: o direito ou a pretensão?	136
2	Prescrição da reparação civil no Código Civil	137
2.1.	Prescrição do dano moral praticado pela imprensa	137
3	Prescrição na hipótese de haver ação penal em curso	137
4.	Prescrição e marco inicial de contagem	138

5. Prazos gerais de prescrição no Código Civil	139
6. Prescrição no Código de Defesa do Consumidor	139
6.1 Termo inicial de contagem no CDC	140
6.2 Soluções jurisprudenciais prescrição mais favorável ao consumidor	140
7. Prescrição e incapazes	141
8. Danos causados pelo Estado. prescrição	142
9. Dano ao erário público: há prescrição?	143
10. Prescrição e direitos fundamentais	144
11. O tempo decorrido entre o dano e a propositura da ação influi na fixação do valor da compensação moral?	144

Capítulo XIII — JURISDIÇÃO CIVIL E JURISDIÇÃO PENAL

1. Sanção civil e sanção criminal: juízo único ou juízos distintos?	147
2. Decisão civil e decisão criminal independência mitigada	147
2.1. Absolvição por falta de provas	148
2.2. Absolvição por inexistência do fato ou inocência do réu (Código Civil, art. 935)	148
2.3. Absolvição pelo Tribunal do Júri	150
3. A execução civil da sentença penal (CPC, art. 584, II)	150
3.1. Terceiro não participante do processo criminal	151
4. Processos (civil e criminal) simultâneos decisões conflitantes?	151
5. A decisão civil faz coisa julgada no juízo criminal?	153
6. Excludentes de ilicitude	153
7. Ponderações finais	155

Capítulo XIV — RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE OUTREM

1. Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos	157
1.1. Da culpa presumida à responsabilidade objetiva	157
1.2. É possível falar em culpa do menor de 16 anos?	157
1.3. Como interpretar a expressão "sob sua autoridade e em sua companhia"?	159
1.4. Os pais, pelos danos causados por filhos menores, respondem sozinhos ou solidariamente?	160
1.5. Direito de regresso contra descendente, absoluta ou relativamente incapaz	161
1.6. Danos causados por filhos maiores devem ser ressarcidos pelos pais? Solução à luz do direito civil-constitucional	162
2. Responsabilidade dos tutores e curadores	163
2.1. Ação regressiva dos tutores e curadores contra pupilos e curatelados	164
3. Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados	165
3.1. Evolução jurisprudencial da matéria	165

3.2	Responsabilidade objetiva dos empregadores	166
3.3	Como interpretar a expressão "no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele"?	167
3.4	Responsabilidade do empregador por danos causados aos empregados.	169
3.5	Responsabilidade do empregador à luz da teoria da aparência	169
3.6	Ação regressiva dos empregadores contra os empregados	169
4	Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais.	170
4.1	Responsabilidade civil pelo <i>Bullying</i>	171
4.2	Os estabelecimentos educacionais, quando responsáveis pelos danos causados por seus alunos, têm ação regressiva contra os próprios alunos ou contra seus pais?	172
5	Responsabilidade civil dos hoteleiros	172
5.1	Danos causados a outros hóspedes	173
5.2	Danos causados a empregados do hotel	173
5.3	Danos causados a terceiros	174
6.	Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime	174
Capítulo XV — RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DA COISA		
1	Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936)	177
1.1	Danos provocados por animais na pista	178
2.	Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937)	179
3	Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938)	179
3.1.	A queda anônima	180
3.2	Danos causados por suicidas	181
4.	Responsabilidade civil pelo empréstimo de veículo	182
4.1	Responsabilidade solidária	182
4.2.	Presunção de culpa	182
4.3.	A teoria da guarda da coisa à luz da Constituição	183
4.4.	O empréstimo culposo de veículo	184
4.5	Veículo cujo registro de transferência não fora efetuado	184
4.6	O carro como instrumento do dano	185
5.	Quem tem o carro roubado continua responsável por ele?	186
6.	Responsabilidade civil das locadoras de veículos	186
Capítulo XVI — RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DO CONSUMIDOR		
1	O impacto do Código do Consumidor no direito privado brasileiro	188
2	Diálogo com a Constituição: os fundamentos do CDC	188
3.	A redução qualitativa da autonomia da vontade: a função da jurisprudência.	189

4.	Características do CDC	192
4.1.	Diálogo das fontes	192
4.2.	Vocação de expansão	192
4.3.	Normas principiológicas	193
4.4.	Irrelevância dos aspectos formais	193
5.	Sujeitos da relação jurídica de consumo, consumidor e fornecedor	194
5.1.	Âmbito de aplicação do Código de Defesa do Consumidor	194
5.2.	Consumidor e fornecedor	194
5.3.	A difícil questão do "destinatário final"	195
5.4.	Consumidor pessoa jurídica	197
5.5.	Consumidor por equiparação (arts. 2º, parágrafo único, 17 e 29) ..	198
5.6.	Os <i>bystanders</i> : consumidores sem contrato de consumo	200
6.	Responsabilidade contratual e extracontratual, superação da dicotomia ..	201
7.	Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço	202
7.1.	Vício do produto	202
7.2.	Vício do serviço	203
7.3.	Fato do produto	203
7.4.	Fato do serviço	204
7.5.	Perigo intrínseco	204
7.6.	Prazo decadencial do vício	205
7.7.	Prazo prescricional do fato	205
8.	Responsabilidade objetiva do fornecedor	205
8.1.	Ausência do defeito: prova a cargo do fornecedor ..	206
9.	Excludentes de responsabilidade civil, a peculiar disciplina do CDC ..	207
9.1.	Caso fortuito ou força maior	207
9.2.	Culpa exclusiva da vítima	208
9.3.	Fato exclusivo de terceiro	208
9.4.	A questão da culpa concorrente	208
10.	Prescrição no CDC	209
10.1.	O termo inicial da contagem do prazo prescricional ..	210
10.2.	Conflito entre o CDC e CC/2002: interpretação favorável ao consumidor	211
11.	Limitações contratuais à responsabilidade civil	212
11.1.	A cláusula de não indenizar e as relações de consumo ..	212
11.2.	Limitação da indenização para o consumidor pessoa jurídica ..	212
11.3.	Cláusulas incompatíveis com a boa-fé ou com a equidade	213
11.4.	Cláusulas restritivas de direitos do consumidor	213
11.5.	A invalidade da indenização tarifada	214
12.	Publicidade nas relações de consumo	214
12.1.	Publicidade enganosa	215

12 1.1. Ausência de informação	215
12.1.2. Erro na informação.	216
12 1.3. Caráter vinculante da publicidade	216
12 1.4. Ônus da prova na comunicação publicitária	217
12 2 Publicidade abusiva	217
13. Aspectos processuais do CDC	217
13 1 Foro para a propositura da ação em caso de dano a consumidor	218
13.2. A questão da validade do foro de eleição	218
13 3 Inversão do ônus da prova	219
13.4. Tutela específica da obrigação	220
13.5. Ação direta contra a seguradora	220
14 Princípios do CDC	221
14.1. Boa-fé objetiva	221
14.2. Equilíbrio das prestações	221
14.3. Vulnerabilidade do consumidor	222
14.4. Reparação integral	223
14 5 Solidariedade	223
14.6. Transparência	224
14.7. Dever de informação a cargo do fornecedor	224
14.8. Dever de cooperação	225
14 9. Dever de segurança	225
14 10 Adimplemento substancial	226
14 11 <i>Venire contra factum proprium</i>	226
14 12. Interpretação contra o estipulante	227
14 13. Razoabilidade	228
14 14. Interpretação mais favorável ao consumidor	228
14.15. Acesso à justiça	228
14 16 Reparação objetiva	229
14.17. Equidade	229
14.18. Princípio da conservação do contrato	230
14.19. Harmonia nas relações de consumo	230
14 20. Modificação das prestações desproporcionais	230
15. Relações de consumo e responsabilidade civil: aspectos conexos	231
15.1. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica	231
15.2. Teoria do risco de desenvolvimento	232
15.3. Teoria da aparência	232
15 4. Serviços públicos: aplicação do CDC	233
15 5. Responsabilidade civil pela cobrança vexatória	234
15 6. Multa moratória aplicável às relações de consumo	234
15 7 Instituições financeiras	235

15.8. Renegociação de contrato bancário ou confissão de dívida	236
15.9. Entidades de previdência privada	236
15.10. Cadastros de inadimplentes	236
Capítulo XVII — RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	
1. Introdução	237
2. As fases históricas	237
3. É correto falar em “responsabilidade civil da administração”?	238
4. Dos funcionários aos agentes	238
4.1. É preciso que o agente público esteja em serviço?	239
4.2. Empregados terceirizados são “agentes”?	239
4.3. Imunidade parlamentar	239
4.3.1. Deputados estaduais e vereadores	240
4.3.2. Responsabilidade do Estado pela imunidade material	240
5. Atos de império e atos de gestão	241
5.1. Responsabilidade por atos legislativos	241
5.1.1. Leis inconstitucionais	241
5.1.2. Leis constitucionais	242
5.2. Responsabilidade por atos judiciários	242
5.2.1. Direito de regresso apenas em face de fraude ou dolo	244
5.2.2. A coisa julgada é óbice à indenização por erro judicial?	244
6. Teoria do risco administrativo	244
7. Teoria do risco integral	245
8. Responsabilidade estatal por omissão	245
8.1. A tese da responsabilidade subjetiva	246
8.2. A teoria da “falta do serviço”	246
8.3. A evolução jurisprudencial	247
8.4. A omissão como causa direta do dano	248
8.5. A responsabilidade objetiva por omissão importa numa responsabilização excessiva do Estado?	250
8.6. As excludentes de responsabilidade civil na omissão	250
9. Irrelevância da licitude da ação ou omissão do Estado	251
10. Pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos	251
10.1. Concessionárias	252
10.2. Permissionárias	252
10.3. Delegatárias	252
11. Pessoas jurídicas de direito privado que desenvolvem atividade econômica	253
11.1. Terceiros não usuários do serviço	253
12. Denúnciação da lide: direito subjetivo processual do Estado?	254
12.1. Não-obrigatoriedade da denúnciação	255

12.2. Descabimento da denunciação nas relações de consumo.	257
13. Responsabilidade estatal e relações de consumo.	257
14. Excludentes de responsabilidade	258
14.1. Culpa exclusiva da vítima	258
14.2. Caso fortuito ou força maior	259
14.3. Culpa concorrente	259
15. Responsabilidade estatal pelos atos das pessoas jurídicas de direito privado, solidária ou subsidiária?	260
16. É possível ação direta da vítima contra o agente público?	262
17. Ação regressiva: dever ou faculdade?	263
18. Prescrição da pretensão de reparação civil	263

Capítulo XVIII — RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA VIOLÊNCIA URBANA

1. Assaltos em vias públicas	264
2. Assaltos em ônibus	265
3. Assaltos em metrô	266
4. Assaltos em restaurantes	266
5. Assaltos em <i>shopping centers</i>	267
6. Assaltos em bancos	267
6.1. Portas giratórias e dano moral	268
6.2. Assalto em caixa eletrônico situado dentro da agência bancária	268
6.3. Assalto em vias públicas próximas a caixas eletrônicos, depois dos saques	268
6.4. Assaltos em bancos situados em prédios públicos	269
7. Relações de consumo: dever de segurança	269
8. Responsabilidade civil pelo roubo ou furto de veículos	270
8.1. Roubos em estacionamentos	270
8.1.1. Estacionamento de hospital	271
8.1.2. Estacionamento de supermercado	271
8.1.3. Estacionamento de hotel	271
8.1.4. Estacionamento em local disponibilizado pelo empregador	271
8.1.5. Estacionamento por manobristas de restaurantes.	271
8.1.6. Irrelevância da gratuidade	272
8.2. Estacionamentos mantidos por pessoas jurídicas de direito público	272
8.2.1. Estacionamento em universidades públicas	272
8.2.2. Estacionamento mantido por Municípios	273
8.3. Furto de veículo em via pública	273
9. Tiroteios entre policiais e bandidos.	274
9.1. Nexos causal entre a omissão estatal e o dano: crimes praticados por bandidos que deveriam estar presos	274
10. Transporte de valores e latrocínio	275

Capítulo XIX — RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS PRATICADOS POR MEIO DA IMPRENSA

1. A imprensa na construção de uma sociedade pluralista.	276
2. Liberdade de informação direito transindividual e indivisível.	276
3. Solidariedade na reparação dos danos	276
4. Lei de Imprensa prazo para reparação e limites legais à indenização	277
5. Os valores de indenização na jurisprudência	277
6. Direito de imagem e presunção de inocência	278
7. Manifestação satírica. possibilidade de conhecimento pelo STJ.	279
8. Veracidade da informação jornalística.	280
9. Interesse público	281
9.1. Ponderação de bens	281
10. Obtenção da notícia através de registros públicos	282
11. Divulgação de fatos criminosos.	283
12. Limites de razoabilidade da publicação: critérios concretos.	283
13. Direito de resposta coletivo	284

Capítulo XX — RESPONSABILIDADE CIVIL EM VIRTUDE DE ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS

1. A repulsa da Constituição às condutas discriminatórias	286
2. Discriminações em razão do sexo	287
3. Discriminações em virtude da cor da pele	287
4. Discriminações em razão das opções sexuais	288
5. Discriminações em virtude da origem.	288
6. Discriminações em virtude de opções religiosas.	289

Capítulo XXI — RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE FAMÍLIA

1. A opção necessária pela tutela inibitória.	291
2. Responsabilidade civil na separação judicial e no divórcio.	292
3. Responsabilidade civil dos pais em virtude de danos causados aos filhos. . .	293
3.1 Responsabilidade civil dos pais pela aposição de nomes ridículos	295
4. Responsabilidade civil dos filhos em virtude de danos causados aos pais. . .	295
5. A questão da ruptura de noivado	295
6. <i>Mobbing</i>	296

Capítulo XXII — RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS À IMAGEM

1. Dano à imagem com dano à honra	297
2. Dano à imagem sem dano à honra	298
2.1 Desnecessidade da prova de prejuízo	298
3. O direito à imagem no Código Civil	299

4	Uso não autorizado de foto.	300
5.	Uso não autorizado de fotos de pessoas falecidas	300
6.	A autorização é específica, não genérica	301
7.	Uso não autorizado de foto em contexto genérico	302
7.1.	<i>Topless</i> em lugar público	302
8.	Direito de imagem de crianças e adolescentes	303
9.	Direito de imagem de pessoa jurídica	303
10.	Utilização da imagem alheia com propósitos econômicos	303
10.1	O valor da indenização não está limitado ao lucro do agressor	304
10.2	Impossibilidade de cessão de imagem alheia	304
11.	Danos à imagem relacionados ao uso de algemas	304
12.	Sigilo bancário em operações com recursos públicos	305

Capítulo XXIII — RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

1	Aplicação do CDC	306
2	Responsabilidade civil dos advogados	307
2.1	Linha de tendência jurisprudencial	308
2.2	Perda da chance	308
3.	Responsabilidade civil dos médicos	309
3.1.	A veloz evolução técnica	309
3.2.	Responsabilidade subjetiva.	309
3.2.1	Presunções de culpa	310
3.3	Dever de informação	310
3.4.	Código de Ética Médica e autorização presumida	311
3.5	Transfusão de sangue sem autorização do paciente	311
3.6	Responsabilidade civil dos médicos. obrigação de meio	312
3.7.	Cirurgias estéticas	312
3.7.1.	Obrigações de meio ou resultado?	312
3.7.1.1.	Obrigações de meio.	312
3.7.1.2.	Obrigações de resultado	313
3.7.1.3.	Superação da dicotomia	313
3.8.	Responsabilidade civil dos anestesistas	314
3.9.	Inversão do ônus da prova	314
3.10	Responsabilidade objetiva das empresas médicas	315
3.11.	Irrelevância, para a vítima, da relação empregatícia entre o médico e o hospital.	316
3.12.	Responsabilidade civil do Estado por danos em hospitais públicos.	317
3.13.	Responsabilidade solidária das empresas de saúde pelos médicos credenciados.	318
3.14	Foro para a propositura da ação	318
3.15	Denúnciação à lide	319
3.16.	Valor das indenizações	319

3 17 Tutela do melhor interesse do paciente	319
4. Responsabilidade civil dos jornalistas	320
4 1. Solidariedade na reparação dos danos	320
4 2. Limites da Lei de Imprensa	320
4 3. Análise judicial dos produtos culturais	320
4 4. Indenização equitativa nos danos à honra	321

Capítulo XXIV — RESPONSABILIDADE CIVIL NOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

1. Aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas	323
1 1. Poderes privados e poderes públicos: choques e conflitos	324
2. Fuga do binômio lesão/indenização	325
2 1. Tutela preventiva (arts. 12 e 21 do CC, art. 461 do CPC e art. 84 do CDC)	325
3. Despatrimonialização da reparação	326
3 1. Tutela inibitória em proteção do nome	328
3 2. Direito de resposta coletivo	328
4. Integridade física	328
4 1. Violação e perda de parte do corpo	329
4 1 1. Automutilação	329
4 2. Reservas religiosas em relação à transfusão de sangue	329
4 3. Esterilização não consentida	330
4 4. Maus-tratos a animais. onde categorizar?	330
4 5. Tendência à extensão do conceito de corpo	330
4 6. Recusa ao exame de DNA	331
5. Integridade intelectual	331
6. Integridade moral	332
6 1. Violação da intimidade	332
6 2. Violação da imagem	332
6 2 1. Ponderação de bens	333
6 2 2. Direito de imagem de pessoa pública	334
6 3. Nomes ridículos	334
6 3 1. Flexibilização da regra da imutabilidade do nome	335
6 3 2. Alteração em virtude de danos psicológicos	335
7. Desnecessidade da culpa	336
8. Prescrição e direitos fundamentais	336
9. Concretização jurisprudencial da dignidade humana	337

Capítulo XXV — RESPONSABILIDADE CIVIL NO TRANSPORTE DE PESSOAS

1. Empresas de transporte coletivo. um imperativo da vida social	338
--	-----

2	Obrigação de meio ou de resultado? Cláusula de incolumidade.	338
3.	O dano causado por terceiro. responde a empresa de transporte?	338
3.1.	Dano conexo ao transporte	339
3.2.	Dano desconexo ao transporte	339
4.	Transporte gratuito ou de mera cortesia	340
5.	Excludentes de responsabilidade.	342
5.1.	Culpa exclusiva da vítima	342
5.2.	Caso fortuito ou força maior (Código Civil, art. 393, parágrafo �nico)	342
5.2.1.	Fortuito interno e fortuito externo	343
a)	Fortuito interno	344
b)	Fortuito externo.	344
5.3.	Culpa concorrente	345
6	Cláusulas de irresponsabilidade ou de não indenizar	345
7.	Aplica�o do CDC ao contrato de transporte	346
8.	Danos causados a terceiros (não passageiros)	346

Capítulo XXVI — RESPONSABILIDADE CIVIL NO TRANSPORTE DE CARGAS

1.	Necessidade da prova de culpa	348
2.	Excludentes de responsabilidade.	348
2.1	Caso fortuito ou força maior	349
2.2.	Culpa exclusiva da vítima	349
3.	Seguros efetuados em rela�o à carga	350
3.1.	Seguro feito pela empresa transportadora	350
3.2.	Seguro feito pelo proprietário	350
4.	Aplica�o do Código de Defesa do Consumidor	350

Capítulo XXVII — RESPONSABILIDADE CIVIL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO

1.	Configura�o legal da responsabilidade objetiva	352
1.1.	Atentados terroristas. consagra�o legal do risco integral	352
2	Danos morais no transporte aéreo	352
2.1.	<i>Overbooking</i>	352
2.2	Cancelamento de v�o	353
2.3.	Atraso de v�o.	353
2.3.1.	Atraso de v�o não significativo	354
2.4	Perda da chance	354
2.5.	Perda ou extravio de bagagem	355
2.5.1	Viagem de ida e viagem de retorno	355
2.6.	Prevalência do CDC em face da Conven�o de Varsóvia	356
2.7	Perda ou extravio de carga	357

2.8. Mortes em acidentes aéreos	357
2.9. Danos decorrentes de pane no sistema de controle aéreo	357
3. Excludentes de responsabilidade.	358
3.1. Caso fortuito ou força maior	358
3.2. Culpa da vítima	358

Capítulo XXVIII — RESPONSABILIDADE CIVIL DAS SEGURADORAS

1. Responsabilidade civil das seguradoras de veículos	359
1.1. Seguro de coisa	359
1.2. Pedido de pagamento feito à seguradora — suspensão da prescrição	360
1.3. Transferência do veículo sem comunicação à seguradora	360
1.4. O sinistro ocorrido durante a mora do segurado	360
1.5. Embriaguez ocasional do condutor do veículo	361
1.6. A demora no pagamento ao segurado — dano moral	362
1.7. É possível ação direta da vítima contra a seguradora?	362
1.8. Prescrição da pretensão contra seguradora. Seguros — Prescrição	363
1.9. Teoria da aparência	363
2. Responsabilidade civil das empresas de plano e seguro de saúde	364
2.1. Seguro de pessoas	365
2.2. Sujeição ao CDC	365
2.3. Exame de admissão.	365
2.4. Doença preexistente e ônus da prova	366
2.5. Dever de informar com transparência e clareza.	367
2.6. Tempo de internação e limitação contratual	368
2.7. Interpretação mais favorável ao segurado	369
2.7.1. Interpretação da expressão “danos pessoais”	369
2.8. Cláusulas aprovadas por órgãos estatais. possibilidade de reexame judicial	370
2.9. Mora do segurado	371
2.10. Recebimento, pela seguradora, das prestações em atraso	371
2.11. Recusa em dar continuidade ao tratamento	372
2.12. Foro para a propositura da ação	372
2.13. Suicídio do segurado	373

Capítulo XXIX — RESPONSABILIDADE CIVIL DOS CONSTRUTORES

1. Obrigação de resultado.	375
2. Impossibilidade de transferência de responsabilidade	375
3. Responsabilidade pela solidez e segurança da obra	376
4. Vícios ocultos	378

5	Responsabilidade extracontratual do empreiteiro e do dono da obra	378
6	Responsabilidade solidária do incorporador	379
7	Responsabilidade solidária do agente financeiro	380
8	Obrigação da obtenção do "habite-se"	380
9	Caso fortuito ou forç�a maior	381

Capítulo XXX — RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

1.	Contextualização do cenário econ�mico	382
2.	Incidência do CDC	382
3.	Fraudes ocorridas na internet	383
4.	Roubo ou furto de cofres alugados	383
5.	Inscrição indevida em cadastros negativos	384
6.	Teoria da aparência	384
7.	Renegociação de contrato bancário ou confissão de d�vida	385
8.	Assaltos em bancos	385

Capítulo XXXI — RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS

1.	Princípio da prevenção	387
2.	Responsabilidade objetiva por risco integral	388
3.	Irrelevância do caráter lícito da atividade	389
4.	Solidariedade na reparação dos danos	390
5.	Responsabilidade do Estado por danos ambientais causados por particulares	391
6.	Danos nucleares	391
6.1.	Danos futuros	392

Capítulo XXXII — RESPONSABILIDADE CIVIL POR ACIDENTES DE TRABALHO

1.	Cumulação das indenizações	393
2.	Irrelevância do grau de culpa	393
3.	Possibilidade de invocação da teoria do risco contra o empregador	394
4.	Interpretação do "dano no exercício do trabalho"	394
5.	Responsabilidade solidária pelo dano	395
6.	Direito de regresso contra o empregador	395
7.	Excludentes de responsabilidade	396
7.1.	Culpa exclusiva da vítima	396
7.2.	Caso fortuito ou forç�a maior	396
7.2.1.	Invocação restrita do caso fortuito na teoria do risco	396
7.3.	Culpa concorrente	397
8.	Questões processuais e conexas	397

XXXII

8.1. Danos morais decorrentes de acidente de trabalho: competência	397
8.2. Constituição de capital	398
8.3. Culpa reconhecida nas instâncias ordinárias	398
8.4. Contagem dos juros	398
8.5. Revisão do valor da indenização pelo STJ	398
8.6. Prescrição da pretensão de reparação civil decorrente de relação de trabalho	399
Capítulo XXXIII — RESPONSABILIDADE CIVIL DOS FABRICANTES DE CIGARROS	
1. Ampliação dos danos indenizáveis	400
2. Omissão no dever de informar?	400
3. Atividade criadora de risco	401
4. Associação da publicidade do produto a valores positivos	401
5. Um cenário de indefinição	402
Capítulo XXXIV — RESPONSABILIDADE CIVIL NA INTERNET	
1. Uma revolução em curso	403
2. Danos anônimos: a questão dos "cibercafés" e <i>lan houses</i>	403
3. Spam	404
4. Discriminação e pedofilia	404
5. Monitoramento de <i>e-mails</i> pelo empregador	405
6. Danos à imagem na internet	406
Capítulo XXXV — RESPONSABILIDADE CIVIL DOS INCAPAZES	
1. A solução tradicional	409
2. Responsabilidade no Código Civil de 1916	409
3. Responsabilidade no Código Civil de 2002	409
4. Responsabilidade subsidiária do incapaz	409
5. Responsabilidade contratual aos 16 anos	410
6. Responsabilidade na emancipação	411
7. Responsabilidade no Estatuto da Criança e do Adolescente	411
Capítulo XXXVI — RESPONSABILIDADE CIVIL E DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	
1. Os defeitos sob o prisma da reparação civil	412
2. Erro	412
2.1. Espécies de erro substancial	413
a) Erro sobre a pessoa (<i>error in persona</i>)	413
b) Erro sobre o objeto principal da declaração (<i>error in corpore</i>)	414
c) Erro sobre a natureza do negócio (<i>error in negotio</i>)	414
2.2. Responsabilidade civil por interesse negativo	414
3. Dolo	415

3 1. Classificação do dolo	416
a) Dolo praticado por uma das partes	416
b) Dolo praticado por terceiro, com conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada	416
c) Dolo praticado por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada	416
3.2. Representante legal e representante convencional: responsabilidades civis distintas	417
4. Coação	417
4 1. Classificação da coação	419
a) Quando a coação é exercida por uma das partes	419
b) Quando a coação é exercida por terceiro, com conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada	419
c) Quando a coação é exercida por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada	419
4.2. Solidariedade na responsabilidade civil: a ação do terceiro no dolo e na coação	420
5. Lesão	420
6. Estado de perigo	421
7. Fraude contra credores	422
7 1 Hipóteses legais (Código Civil)	423
a) Negócios de transmissão gratuita de bens (art. 158)	423
b) Remissão de dívida (art. 158)	423
c) Contratos onerosos com presunção de fraude (art. 159)	423
d) Pagamento antecipado de dívidas (art. 162)	423
e) Concessão de garantias preferenciais (arts. 163 e 165, parágrafo único)	424
f) Negócios ordinários necessários à manutenção do estabelecimento (art. 164)	424
7 2 Prazos para arguir a anulabilidade	425
Capítulo XXXVII — RESPONSABILIDADE CIVIL PELA QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA E DEVERES ANEXOS	
1 Responsabilidade contratual e extracontratual	426
2. Fases pré e pós-contratual	426
3. Deveres anexos	428
4 Terceiro que contribui para a violação do contrato	429
<i>Bibliografia</i>	431